



**Assembleia Municipal de Castro Marim**

**ATA Nº 2**

(sessão realizada em 27 de abril de 2023)

**Mesa:**

**Presidência:** João Alfredo Fernandes Teixeira -----

**1º Secretário:** Luis Filipe Ribeiro Cruz -----

**2º Secretário:** Diane Currito Romão -----

**Faltas:** António Manuel Martins Pereira, João Diogo de Castro Nabais dos Santos e Lisandra de Jesus André Pereira Germano -----

**Presenças:**

Amândio de Sousa Rodrigues Norberto  
Ana Catarina da Silva Norberto  
Ernestina Maria Valongo Martins Castro  
Luis Manuel Dias Martins  
João Nuno Cabral e Pereira da Silva  
José Luís Afonso Domingos  
Leonel Dinis Brás  
Luis Miguel Madeira Afonso  
Maria Margarida do Livramento Claudino  
Sérgio Manuel Palma Vicente  
Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa

António Manuel dos Santos Romeira  
Fernanda Isabel Lopes de Sousa  
Maria do Rosário Custódio Sousa  
Nuno Duarte Gonçalves Emídio

**Hora de abertura:** 21:10 horas -----



**Assembleia Municipal de Castro Marim**

**Sessão de 27/04/2023**

**Ordinária**

*Handwritten marks in blue ink, including a circle and vertical lines.*

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

- Ponto 1 – Apreciação e deliberação, da Ata de 27 de fevereiro de 2023 -----
- Ponto 2 – Correspondência recebida -----
- Ponto 3 – Período Antes da Ordem do Dia -----
- Ponto 4 – Período de Intervenção do Público -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

- Ponto 1** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----
- Ponto 2** – Regulamento Municipal de Prestações de Carácter Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica – Aprovação Final -----
- Ponto 3** – 2º Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2023 -----
- Ponto 4** – Relatório de Gestão de Exercício do ano de 2022 -----
- Ponto 5** – MADEINSEA – Produção Marinha Sustentável – Pedido Isenção de IMT -----
- Ponto 6** – Eleição para Substituição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Marim -----

*Faint, illegible text from the reverse side of the page, mostly obscured by a diagonal line.*



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 27/04/2023

### Ordinária

**COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA** – Dando início à sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal João Fernandes, saudou todos os presentes e verificou a composição da Assembleia. Não podendo estar presente nesta sessão os Sr. Deputados António Manuel Martins Pereira, João Diogo de Castro Nabais dos Santos os mesmos foram substituídos nos termos da Lei, pelos Sr. Deputados António Manuel dos Santos Romeira e Amândio de Sousa Rodrigues Norberto. Faltou ainda o membro Lisandra de Jesus André Pereira Germano, não se fazendo substituir. -----

As faltas foram devidamente justificadas. -----

O Sr. Presidente da Câmara Francisco Amaral fez-se substituir, nos termos da lei, pela Sra. Vice-Presidente Filomena Sintra. -----

**PONTO 1 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO, DA ATA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023 -**  
Foi presente a Ata a fim de ser apreciada e aprovada: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata. Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na sessão a que a Ata diz respeito. -----

**PONTO 2 – CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** - A correspondência recebida foi disponibilizada todos os membros da Assembleia Municipal para consulta. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que na última sessão tinha sido abordado a vontade de rescindir da Sra. deputada Lisandra Germano, como membro representante da CPCJ, e que a mesma teria de fazer esse pedido por escrito á Assembleia Municipal. ----

Tendo sido recebido esse pedido após o envio da documentação, o Sr. Presidente colocou á consideração dos membros da Assembleia Municipal, a introdução desse ponto na ordem de trabalhos, colocando-o á votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a introdução de um novo ponto na ordem de trabalhos: **PONTO 6 – ELEIÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CASTRO MARIM.** -----

**PONTO 3 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Usou da palavra o Sr. Deputado José Luís, que começou por referir que já era a terceira ou quarta assembleia que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim não estava presente, mostrando-se preocupado e no seu entendimento que essa ausência poderá ser uma desvalorização deste órgão. Dirigindo-se a Sra. Vice-Presidente Filomena Sintra, que na reunião de câmara de 8 de março deste ano, tinha referido alguma informação que não corresponderia a verdade, proferiu algumas frases ditas pela Sra. Vice-Presidente terminou a sua intervenção, informado que está disponível para falar presencialmente com a Sra.



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Handwritten initials in blue ink, possibly "LH".

**Sessão de 27/04/2023**

### Ordinária

Vice-Presidente, relativamente a situação de não ter deixado a Sra. ex-Presidente de Junta de Freguesia de Altura, Nélia Mateus ter votado na proposta da fixação do IMI na Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2016. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Pereira da Silva referindo que também estranha a ausência do Sr. Presidente da Câmara nas últimas assembleias, entendendo que isso será o preparar e abrir caminhos para outros voos, aludindo a possibilidade da renúncia do Sr. Presidente. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castro Marim, Nuno Emídio, referindo que têm reunido várias vezes com o executivo da Câmara Municipal em parceria, transmitindo as dificuldades que existem na freguesia, e agradeceu a colaboração da Câmara Municipal e dos seus funcionários que estiveram a trabalhar na Feira do Folar e Produtos Regionais. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Victor Rosa dando os parabéns pela importantíssima obra realizada em Castro Marim, o Lar de Alzheimer, congratulando a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal pelo apoio dado. Questionou a Sra. Vice-Presidente relativamente a recuperação do Castelo, qual o entendimento da Ministra da Coesão, com a qual teve oportunidade de reunir no dia da inauguração do Lar de Alzheimer. -----

Tomou a palavra a Sra. Vice-Presidente Filomena Sintra que começou por referir que o Sr. Presidente da Câmara tinha tido uma agenda muito extensa e esteve a tratar de situações importantes para o território do Baixo Guadiana, nomeadamente o protocolo com os Bombeiros e a impossibilidade de termos um visto válido do tribunal de contas, devido ao Município de Vila Real de Santo António ter tido a recusa de visto. Referiu ainda que já no último mandato o Sr. Presidente não veio a muitas Assembleias, já explicou os motivos que o levam a não estar presente, no entanto reforçou que ela mais o Sr. Vereador João Pereira tentarão dar respostas ao que nos for questionado. -----

Relativamente ao que o Sr. Deputado José Luís proferiu que não tinha falado dele, mas sim de um período governativo em que se passou muita coisa, relativamente a taxa do IMI, também houve o momento em que o PS se juntou ao CM1 para em conjunto votarem uma proposta lesiva aos interesses de Castro Marim, mesmo tendo em contraproposta financiamento do Lar de Alzheimer, do Lar de Altura, os Bombeiros e a elaboração de um regulamento que diferencia-se o IMI para residentes e não residentes, e o partido socialista junto do CM1 acharam que não. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado José Luís afirmando que na reunião de 8 de março, a Sra. Vice-Presidente mencionou o seu nome. Voltou a apresentar a sua revolta pelo Sr. Presidente da Câmara não estar presente nas Assembleias. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Amândio Norberto, pedindo a Sra. Vice-Presidente que esclarecesse os entraves do Município de Vila Real de Santo António relativamente ao protocolo com os Bombeiros. -----



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 27/04/2023

### Ordinária

Tomou a palavra a Sra. Vice-Presidente referindo que enquanto o Sr. Deputado José Luís foi presidente da Assembleia Municipal, foi da sua responsabilidade, não ter deixado votar a Sra. Ex-presidente Nélia Mateus naquela assembleia. Relativamente a questão do protocolo com os Bombeiros, para ter legalidade têm de ter visto do Tribunal de Contas, em que ambos os Municípios enviaram para o tribunal. Na qual o tribunal de contas enviou recusa de visto, na qual o Município de Vila Real de Santo António sentiu-se lesada nas observações registadas, e intenta uma ação de defesa daquilo que são as suas convicções junto do tribunal de contas, aguardando assim o Município de Castro Marim, que não pode produzir efeitos porque o protocolo está suspenso.-----

Usou da palavra o Sr. Vereador João Pereira, referindo que o protocolo dos Bombeiros, na recusa de visto pelo Tribunal de Contas, o Município de Castro Marim em nada foi referido na recusa, foi apenas o Município de Vila real de Santo António. Esta situação deixa o Município de Castro Marim na impossibilidade de fazer qualquer outro protocolo com os Bombeiros, até terminar o processo de recurso.-----

Usou da palavra a Sra. Vice-Presidente, respondendo a questão colocada pelo Sr. Deputado Victor Rosa, sobre a visita da Ministra da Coesão ao Castelo, já vinha de um pedido que tinha sido feito a Sra. Ministra no dia da inauguração da envolvente da Casa do Sal. Entregou-se um catálogo do que se conseguiu fazer no património, no Forte, no Revelim de Santo António e o difícil percurso do Castelo de Castro Marim, apresentando uma proposta que imediatamente aceite pela Sra. Ministra, tendo convicção que ela conseguirá agregar os meios e o ministro da cultura para a solução. -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado Victor Rosa, que reforçou que enquanto o protocolo dos Bombeiros estiver suspenso, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António garantiu assegurar a situação. Caso não seja dado o visto, o Município de Castro Marim avançará com um protocolo só com os Bombeiros. -----

#### **PONTO 4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

Usou da palavra a Sra. Nélia Mateus, dirigindo-se ao Sr. Deputado José Luís lamentando a forma como conduziu os trabalhos nesta assembleia enquanto Presidente, até então nunca tinha visto nenhum presidente impedido de votar, como aconteceu na altura. -----

Tomou a palavra o Sr. José Cabrita, perguntando se quando se fez o protocolo com os Bombeiros, se alguém perguntou o que é que os bombeiros fazem e o que é que deixaram de fazer a população de Castro Marim e Vila Real de Santo António. -----

Usou a palavra o Sr. Vereador que referiu que no protocolo está descrito em que situações os Bombeiros atuam e estão presentes. -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**



## Assembleia Municipal de Castro Marim



**Sessão de 27/04/2023**

**Ordinária**

**PONTO 1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** - Foi presente à Assembleia Municipal uma informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade do Executivo, disponibilizada a todos os membros. O original fica anexo à ata, dela fazendo parte integrante. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu o uso da palavra à Sra. Vice-Presidente, que mostrou-se disponível para responder a todas as questões -----

Tomou a palavra o Sr. Deputado José Luís, pedindo esclarecimentos sobre o ponto de situação das seguintes obras: -----

- Urbanização do Plano Pormenor de Altura em execução; -----
- Queijaria do Azinhal também já esta consignada, e se já está em obra; -----
- O reservatório da água no Azinhal, a Sra. Vice-Presidente disse que estava consignada e os trabalhos já estavam a decorrer, mas tinha passado lá e não se apercebeu desse andamento. -----

Solicitou ainda esclarecimento sobre um processo judicial pendente, da Sra. Maria José dos Santos Rodrigues. -----

Terminou mostrando-se preocupado com a taxa de execução até 28 de abril, que é muito baixo, 3,74%. -----

Usou da palavra a Sra. Vice-Presidente que respondeu às questões colocadas, o Plano Pormenor de Altura está-se aguardar resposta do empreiteiro com revisão de preços com parecer jurídico, relativamente à queijaria a obra já foi consignada, mas teve-se de suspender os trabalhos, porque têm de ser instalado um contentor para que se consiga continuar a produção de queijo, enquanto a obra estiver a decorrer. O reservatório de água do Azinhal os trabalhos já iniciaram, e o processo que referiu, irá ver com os serviços a situação. -----

**PONTO 2 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE PRESTAÇÕES DE CARÁTER EVENTUAL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL E COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA – APROVAÇÃO FINAL** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

Usou da palavra a Sra. Vice-Presidente que fez uma breve explicação do que consistia a proposta. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 27/04/2023

### Ordinária

**PONTO 3 – 2º ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**PONTO 4 – RELATÓRIO DE GESTÃO DE EXERCÍCIO DO ANO DE 2022** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado José Luís, e em resposta a intervenção da Sra. Nélia Mateus, disse o seguinte: *“Não sabia que a Sra. podia votar aquele ponto, e sei que não se podia votar, e quando eu disse que estou arrependido da posição que tomei nesse dia, eu não obriguei que a votação decorresse, esse é que é o meu arrependimento, porque a votação tinha que decorrer normalmente nesse dia, com a ausência que a lei determina, e ponto final parágrafo, este é que é o meu maior arrependimento, porque protelei a votação para outro dia que não deveria ter feito, estou arrependidíssimo, falhei. Portanto falhei que mais tarde todos viemos saber que a senhora teve de abandonar a sua posição de adjunta e Presidente de Junta, porque era ilegal e ilegal de todo o tamanho.”*

Relativamente ao relatório constatou que o número de funcionários é muito grande e que Produz um excesso de carga nos vencimentos, correspondendo a quase 30% das receitas correntes totais, verificou que os excedentes orçamentais estão muito substantivos sugerindo aplicar mais as verbas que de facto são importantes. Nos impostos diretos constatou que houve um aumento de 50%, comparando com o ano de 2018. Constatou ainda que foi o ano que mais subsídios foram transferidos para associações, coletividades e IPSS, representando 10% das receitas. Terminou a solicitar esclarecimentos sobre os seguintes pontos: elaboração do projeto de requalificação da rua da alagoa em Altura, José Carvalho Teixeira arquitetos, o projeto de abertura da porta este do Castelo, requalificação da zona ribeirinha de Odeleite, Ricardo Prelhaz serviço de assessoria jurídica, atelier Teresa Correia Limitada serviços para o plano pormenor do Cabeço da Ribeira do Álamo, serviços de assessoria jurídica LS e Joel Cruz do que se trata, aquisição de serviços de retroescavadora, Gustavo e Cunha consultores e Pedro Duarte serviços de fiscalidade. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Victor Rosa que sugeriu que o direito de resposta a uma intervenção do público, devia ser só permitida no ponto e não depois, porque depois não há direito de resposta. Relativamente ao relatório de contas, e no que diz respeito ao número de funcionários, referiu que as transferências de competências nas câmaras, obrigaram a que tivessem que ser contratadas mais pessoas, quando antigamente havia uma entidade regional que tratava desses assuntos. -----

Usou a palavra o Sr. Deputado Amândio Norberto, sugerindo que a câmara deveria fazer um protocolo anual com a Santa Casa da Misericórdia para ir “amortecendo” a dívida do valor que não foi apoiado pela Câmara. -----



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 27/04/2023

Ordinária

Usou da palavra a Sra. Vice-Presidente, respondendo as questões colocadas, começou por referir que o Lar de Alzheimer foi uma das cinco obras no Algarve que conseguiu apoio financeiro, neste momento não é permitido dar subsídio para pagar uma dívida, mas haja algumas dificuldades estaremos cá para ajudar no que for possível. O excesso de funcionários têm a ver com várias situações, a transferência dos funcionários que vieram da empresa municipal, as transferências de competências e a obrigação de contratação de novos técnicos devido às novas competências, nos resíduos e jardins tínhamos as empresas que faziam o serviço, agora estamos a estruturar equipa para o fazer. Nos impostos diretos o que subiu foi o IMT e o IUC, e o IMI baixou. Relativamente aos subsídios pagos às associações em 2022, alguns valores são respetivos a 2021 e 2022, por isso o valor ser maior, a Santa Casa da Misericórdia houve um pagamento antecipado. O projeto da rua da Alagoa foi adjudicado em 2015, a porta Este do Castelo também, mas ainda não está a obra lançada, a zona ribeirinha de Odeleite também ainda não está terminada, aguardamos o financiamento, o Dr. Ricardo Prelhaz, LS Advogados e Dr. Joel Cruz são avenças, a Teresa Correia está a colaborar num projeto de execução e programa de concurso de obra para a Lupamar, porque houve um despacho de caducidade do alvará e o empreiteiro não acabou a obra, relativo a motoniveladora foi adquirida externamente para reforçar os serviços, e temos uma candidatura com verbas para financiar a regularização de caminhos. Gustavo Cunha é a equipa de arquitetura que ficou melhor posicionada para fazer o projeto da 2ª fase da Rua da Alagoa, desde a 125 a rotunda sul e cruza a avenida 24 de junho, e o Dr. Pedro Duarte foi quem fez o trabalho de identificar um a um quem é o habitante com residência fiscal em Castro Marim, para efeitos de colocação da plataforma das finanças. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia, informado que faltavam dez minutos para a meia-noite, e com dois pontos ainda para terminar, pediu autorização para a continuação dos trabalhos após as doze horas, colocando á votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a continuação dos trabalhos depois da meia-noite. -----

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia colocou á votação o ponto. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta, registaram-se 13 votos a favor, da bancada do PSD, e 5 votos contra, da bancada do PS. Foi apresentada uma declaração de voto, que vai ficar apensa à ata dela fazendo parte integrante. -----

**PONTO 5 – MADEINSEA – PRODUÇÃO MARINHA SUSTENTÁVEL – PEDIDO ISENÇÃO DE IMT** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 27/04/2023

Ordinária

Usou da palavra o Sr. Deputado Pereira da Silva, questionando qual a sede desta empresa e quantas pessoas vai empregar. -----

A Sra. Vice-Presidente informou que é uma empresa que se dedica a exploração de sal tradicional, nas salinas localizadas junto ao rio, e integra a cooperativa de sal. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**PONTO 6 – ELEIÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CASTRO MARIM** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado Victor Rosa, informando que teve conhecimento que a Dra. Lisandra renunciou ao mandato como representante na CPCJ, apresentando uma proposta, que passou a ler, e que ser entregue para anexo a ata, fazendo dela parte integrante. -----

Usou da palavra o Sr. Deputado José Luís, informando que não vão propor nenhum nome.

Usou da palavra o Sr. Deputado Amândio questionando quem é o senhor que apresentaram na proposta.-----

Usou da palavra o Sr. Deputado Victor Rosa que respondeu, que é o psicólogo do Lar de Alzheimer. -----

A bancada do PSD apresentou uma lista com um elemento, António Pedro Marques Ferreira dos Santos Costa. Posta a lista em votação por escrutínio secreto, registaram-se os seguintes votos: -----

Votos a favor: 14 -----

Votos em branco: 3 -----

O membro Leonel Brás ausentou-se, não participando na votação. -----

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal de Castro Marim

## DECLARAÇÃO DE VOTO

**ASSUNTO - Relatório de Gestão e Prestação de Contas  
- Exercício do ano 2022 -**

No âmbito das competências expressas na *alínea l) do nº 2, do Artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*, face à apresentação, análise e discussão dos documentos em referência, os membros do PS nesta assembleia municipal têm sobre os mesmos a seguinte posição:

Numa apreciação de teor administrativo e outra no âmbito mais marcadamente político, a nossa posição consagra-se numa verificação às Contas face às despesas e investimentos realizados, constatando-se o repetir dos sucessivos e premeditados erros nas previsões orçamentais sob a responsabilidade dos executivos liderados pelo PSD há mais de 9 anos, situação que temos repetidas vezes denunciado, mas que lamentavelmente este executivo teima em não emendar a mão e continua na senda da promessa fácil, enganadora e inexequível.

Os documentos agora apresentados e os dos anos anteriores não apresentam diferenças substantivas, já que no capítulo das previsões de arrecadação das Receitas e das Despesas inerentes, estas Contas enfermam do mesmo estilo, comprovando novamente o elevado erro de previsão no campo da arrecadação de Receitas que são fortemente empoladas em sede Orçamental. A média da execução Orçamental dos anos anteriores situou-se sempre entre os 56% e de menos de 62% na razão do previsto.

As Contas de Gerência do ano 2022 agora apresentadas cifram-se numa capacidade de execução péssima na ordem dos 64%, repartida por 85% (12.963.539 Euros) do capítulo das Despesas Correntes e 37% (4.435.474 Euros) das Despesas de Capital, muito inferior àquilo que é recomendação da D.G.A.L, que não deve ser inferior a 85% em matéria de execução de Despesa da Capital face à previsível arrecadação de Receita desse capítulo.

As Contas registam, ao nível da Receita, uma arrecadação de 21.226.471 Euros, distribuída por Correntes 15.465.199 Euros e Capital 2.050.445 Euros, correspondendo respectivamente a 91% e 32% do estimado, o que à semelhança dos anos anteriores, muito abaixo dos 85% para efeitos do nº3, do Artigo 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro. Refira-se no entanto, que o ano de 2022 foi aquele em que o município de Castro Marim mais quantidade de Receitas arrecadou desde sempre, face ao aumento substancial de transferências da Administração Central na componente do Fundo de Equilíbrio Financeiro de cerca de *seis milhões* de Euros e, em resultado da cobrança de Impostos Directos, que tiveram um aumento substantivo de 31,44 %, com o contributo do IMT, do IMI, do IRS e do IVA, que ultrapassou os *sete milhões* de Euros.

No capítulo das Despesas Correntes, sector que absorveu substancialmente a parte significativa do Exercício (85%), deixando-se para as Despesas de Capital apenas (37%), verificamos que as obrigações estritamente funcionais de manutenção e melhoria dos

equipamentos e infra-estruturas públicas e, o sector administrativo do município, hipotecam largamente o futuro do concelho, continuando a não deixar muita margem para o investimento na requalificação dos espaços públicos, na criação de infraestruturas de apoio ao sector empresarial público e privado de que tanto necessitamos, na activação real e não propagandista de planos estratégicos para a habitação e comércio com dimensão para o desenvolvimento local e regional e para a valorização do importante e abandonado património arquitectónico existente.

Relativamente às Despesas de Capital, que se cifraram em **4.435.474 Euros** e **37% do prometido**, apenas **1.979.416 Euros** corresponde à aquisição de bens de capital no sector das construções diversas, sendo expressamente o valor de **1.873.758 Euros** o atribuído no agrupamento das empreitadas/investimentos, verba muito inferior à do ano económico de **2019**.

Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, importante meio de planeamento para o município, aqui o erro de previsão é descaradamente maior, já que do previsto apenas **32 %** fora realizado, correspondendo a **3.152.604 Euros**. Apetece-nos novamente perguntar ao executivo por onde andam os projectos estruturantes para o concelho e que continuam a não ver a luz do dia? Por onde andam então as obras tantas vezes já faladas nos anteriores executivos: Área de Negócios do Sotavento Algarvio ou como lhe queiram chamar, plataforma empresarial ou outra; a já velha gasta e regasta Urbanização "Baesuris"; a tão necessária e estruturante Valorização do Castelo de Castro Marim e do Forte de S. Sebastião e de todo o casco urbano da Vila, *que já começou em nova sede de propaganda eleitoral com anúncios e promessas enquistada de mais de 25 anos e agora, com 10 milhões de Euros para obras já comprometidas, como disse a senhora vice em recente acção de campanha eleitoral*; o imprescindível Arranjo Paisagístico da frente de Mar de Altura e zona comercial, que constituirá um impulso fundamental para o turismo e actividades económicas da zona, *e agora, como afirma a senhora vereadora, já com estudo e projecto para a sua execução com verbas alocadas através do Fundo do Turismo*; o importante e urgente Plano de Pormenor da zona poente de Castro Marim que constituiria um factor determinante para a natural expansão urbana da Vila; o Plano de Urbanização de Azinhal etc, e para quando, o real e verdadeiro impulso à revisão do PDM de Castro Marim que deve constituir o elemento base de referência para toda e qualquer estratégia de desenvolvimento para o território? Não basta só promessas, queremos ver objectividade.

De salientar que o executivo produziu um Resultado Líquido Negativo de **1.302,388 Euros**, com um acréscimo nos Gastos e Perdas na ordem do **21.22%**.

A nossa intervenção é regulada pela censura e contestação veemente sobre os desejos e propostas desta maioria absoluta e, de outras do PSD que governaram o executivo há mais de 25 anos consecutivos, quando as suas vontades e decisões expressas sejam por nós consideradas não prioritários e ou mesmo dispensáveis perante os castromarinenses, sugerindo-se sempre a possibilidade de aplicação dessas verbas noutras obras e investimentos de maior justificação, e não em obras de fachada de necessidade duvidosa que demonstram um erro de investimento à vista do maior leigo e desatento, que em nada contribuem e contribuíram para o desenvolvimento do nosso concelho, como temos verificado ao longo dos anos, sendo que algumas que por aí andam...particularmente, na freguesia de Odeleite, são mesmo um atentado à inteligência e resultado de teimosias desmedidas.

A senhora vereadora do executivo afirma repetida e insistentemente não ter Receitas suficientes para os investimentos e para isso sobrecarrega na Taxa do IMI dos castromarinenses e, a quem aqui investiu no sector habitacional, como sendo o principal meio de arrecadação de Receita, e, afinal, passou o ano económico de 2022 para 2023 com um Saldo de Gerência de mais de 4 milhões de Euros, concretamente, **4.201.660 Euros**, e assim sendo, não conseguiu aplicar convenientemente esse valor ao serviço do crescimento e desenvolvimento do concelho que tanto ambiciona e necessita. Assinale-se, que este Saldo da Gerência do ano 2022 foi o maior de sempre neste município de Castro Marim e para isso sobrecarrega a taxa do IMI.

Utilizou a maioria do executivo com habilidade, uma forma de pressionar e ludibriar alguns elementos desta Assembleia Municipal durante alguns anos, com a tese de que a verba resultante do aumento da cobrança de Receita por via do aumento da taxa do **IMI de 0,35% para 0,40%** seria e será, para aplicar no aumento do apoio financeiro aos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António, para a melhoria nos serviços da Protecção Civil Municipal e com maior ênfase, no apoio à Santa Casa da Misericórdia de Castro Marim para a construção do novo Lar de Alzheimer e Outras Demências.

De facto, a Receita derivante do aumento significativo do IMI desde 2018 até hoje, tem consistido num bom suporte para os Orçamentos Municipais se bem que, relativamente aos compromissos assumidos pelo executivo e aprovado nesta Assembleia, para o apoio à Santa Casa da Misericórdia, somente viu a luz do dia no final do ano de 2022 e início de 2023, datas em que efectivamente a Câmara Municipal transferiu as ditas verbas prometidas de cerca de **1 milhão de Euros** face ao desenvolvimento das obras efectuadas pela Instituição.

Diremos nós!, Então e os milhares e milhares de Euros cobrados a mais aos castromarinenses nestes quatro anos e que já remontam a mais de **3,5 milhões de Euros** para além do que tradicionalmente cobravam em sede do IMI, por onde andam?, Por onde foram distribuídos? Quem os vê na prática e que possam ter produzido desenvolvimento para o nosso concelho?

Não seria mais razoável para os castromarinenses ser-lhes aliviada a carga de impostos directos cobrados pelo município (IMI e IRS), pelo menos, enquanto durar este tempo de dificuldades dos portugueses em função do quadro social e político que vivemos?

O senhor presidente do executivo afirmou recentemente, em nosso entender de forma irónica, desproporcionada e pouco simpática politicamente, que uma **oposição manhosa** no executivo durante 2 anos de **2017 a 2019**, o impediu de trabalhar com sucessivos boicotes à sua acção e, também uma oposição do ex-presidente da Assembleia Municipal que prejudicou financeiramente a Câmara Municipal e não permitia que o executivo fizesse convenientemente o seu trabalho, reforçando mesmo, que este preferiu ir plantar alfarrobeiras a realizar uma reunião da assembleia.

Note-se com espanto esse desiderato propalado, por ser esse o período em que o senhor refere não ter podido trabalhar, pois foi efectivamente esse período em que o município de Castro Marim **melhores índices de execução orçamental** produziu no quadro das suas competências, concretamente, **73,27%** em 2017 e **66,46%** em 2018, já que existiu uma maior exigência da oposição e tivemos maior rigor nas contas e nos concursos públicos, onde se verificou o maior montante de sempre no Investimento público em obras e aquisições diversas, tendo uma expressão significativa em 2018 na ordem dos **4.283.481,00 Euros** (quatro milhões duzentos e oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e um euros), e, em 2019, tivemos uma taxa de execução

de 47,83% no campo da Despesa de Capital num valor de 4.200.821,78 Euros, contra a insignificante verba constante no ano 2020, que não conseguiu atingir esse montante, ano que o executivo afirma já ter sido aquele em que entrou nos carris sem qualquer oposição manhosa e, que não foi além dos 3.308.355,00 Euros e 31% do grau de índice de execução.

Pois foi, oficialmente, o período em que o senhor presidente e a sua vereadora diabolizam e tanto censuram, aquele em que o executivo maiores índices de execução apresentou na relação orçamental, onde se promoveu maior rigor, mais transparência e até os valores de investimentos foram superiores aos dos anos seguintes. Os senhores construíram uma falácia em torno da vossa vitimização que não conseguem disfarçar por falta de objectivos e depois, acusam a oposição de apresentar queixas e queixinhas, quando a oposição está a cumprir as suas funções de acompanhamento e fiscalização da maioria PSD no executivo e vê razões mais que suficientes para suscitar dúvidas.

O PS não se satisfaz apenas com as promessas e mais promessas de que para o futuro é que vai ser e, vamos ter um novo concelho com milhares e milhares de novos postos de trabalho de natureza qualificada nos aldeamentos turísticos tenuemente em movimento, que subsistem há décadas e de que não se vislumbra um fim temporal aceitável para um desenvolvimento e crescimento económico desejados.

Em presença do atrás reflectido, a nossa votação sobre o Relatório e a Prestação de Contas tem mais carácter de natureza política do que administrativa, já que a análise e verificação técnica das Contas compete à entidade de Tutela (*Tribunal de Contas*). Todavia, o mais significativo assenta nos documentos que reflectem a real execução na despesa, onde verificamos que a grande maioria das promessas feitas aquando da apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano em causa, e que foi de 27.112.068 Euros, afinal realizaram apenas uma despesa de 17.399.033 Euros, resultando assim um notório incumprimento das vastas promessas ilusórias que são merecedoras da nossa posição de voto contra.

#### Os Membros do PS

Castro Marim, 22 de Abril de 2023

Amândia Norberto

Luís Luís Romão

Ana Catarina de Silva Norberto  
Severina Dina

BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA  
Assembleia Municipal de Castro Marim

Proposta

NOMEAÇÃO DE CIDADÃO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE  
CRIANÇAS E JOVENS de Castro Marim  
(Comissão alargada)

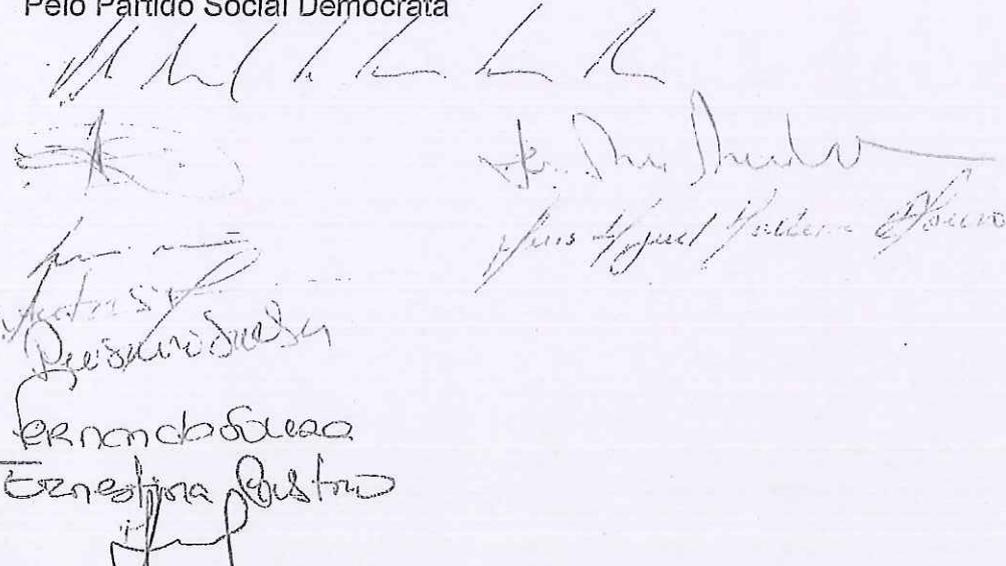
Considerando a renúncia da cidadã Lisandra Germano, ao mandato atribuído por unanimidade na assembleia municipal do dia 24/11/2021, no seu ponto da ordem de trabalhos nº9, para integrar a comissão (alargada) de proteção de crianças e jovens de Castro Marim, e que pela qual cumpre a esta assembleia proceder à sua substituição;

Vem a bancada do PSD propor à Assembleia Municipal que delibere sob escrutínio secreto, o cidadão António Pedro Marques Ferreira dos Santos Costa, para integrar a referida CPCJ de Castro Marim.

Castro Marim, 27 de abril de 2023

Os subscritores

Pelo Partido Social Democrata

  
Fernando Sousa  
Esterina Castro

Pelo Partido Socialista



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Às zero horas e quinze minutos, do dia 28 de abril de 2023, foi aprovada por unanimidade e assinada a Minuta da Ata e encerrada a sessão, que eu \_\_\_\_\_ Primeiro Secretário, subscrevi. \_\_\_\_\_

O Presidente da Assembleia,

João Alfredo Fernandes Teixeira

O Primeiro Secretário,

Luís Filipe Ribeiro Cruz

O Segundo Secretário,

Diane Currito Romão